

O COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

The Role of Compliance System in Monitoring and Controlling Public Administration

Cláudia Abe Gargel Luengo^{*A1}, Saulo Fabiano Amâncio Vieira^{A2}, Augusto Luengo Pereira Nunes^{B1} e Vera Lucia Tiekio Suguihiro^{A3}

^A Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, Brazil

1. <https://orcid.org/0000-0003-1630-0692> ; 2. <https://orcid.org/0000-0003-0319-7390> e 3. <https://orcid.org/0000-0002-2468-3489>

^B Instituto Federal do Paraná - IFPR, Londrina/PR, Brazil

1. <https://orcid.org/0000-0001-8577-0992>

Editorial Details

Double-blind review System

Article history Received: 07 July., 2022

Reviewed: 08 August., 2022

Accepted: 03 March., 2023

JEL CODE: G3, O57, P33

Editor-in-Chief

Leonel Cesar Rodrigues, Phd.
Alumni.In. Editors

Editor Layout

Ruan Carlos dos Santos, Ms.
Centro Universitário UNIAVAN

Cite as:

Luengo, C. A. G., Vieira, S. F. A., Nunes, A. L. P. & Suguihiro, V. L. T. (2023). O Compliance como Instrumento de Monitoramento e Controle da Administração Pública.

Authors' contact:

* Claudio Abe Gargel Luengo
claudia.luengo@uel.br



Abstract

Objective: The objective of this study is to survey the state of the art of Public Administration Compliance in the national scientific domain, analyzing its scope, evolution, and authorship network.

Problem: While there are several studies and surveys on Compliance, they are primarily aimed at the private administration, with limited attention given to its application in the public sector. As such, this study aims to address the gap in knowledge regarding Compliance in Public Administration and contribute to the understanding of its current state of the art in the national context.

Method: This study employs a quantitative and descriptive approach, utilizing bibliographic research to collect data. The content analysis technique was applied to selected scientific journals from the SPELL electronic library to analyze the state of the art of Compliance in Brazilian Public Administration. The study also utilizes bibliometric laws to verify the authorship network and identify trends in publication over the years.

Results: The study identified the Revista de Administração Pública as the journal that most reported on the subject, with a significant growth in publications over the years, particularly in 2019 and 2020. The analyzed articles fitted Lotka's law, but there was no applicability of Bradford's and Zipf's law. The authorship network had a density of 0.037, which is considered weak. The study also identified the most cited articles on Compliance in the national domain, serving as an introductory guide for researchers in this area.

Conclusions: This study contributes to the mapping and identification of the state of the art of Compliance in Brazilian Public Administration, highlighting its evolution over the years, the contributions, and the authorship network. The findings serve as a useful guide for researchers in this area and provide insights into the current state of knowledge on the subject in the national context.

Keywords: Compliance system, Public Management, Scientific journals, Governance.

ABSTRACT

Este estudo tem como objetivo levantar o estado da arte acerca do compliance na Administração Pública produzido no meio científico nacional e a compreensão da sua abrangência. A abordagem utilizada foi quantitativa e descritiva, através da pesquisa bibliográfica para coleta de dados. Buscou-se analisar periódicos selecionados da biblioteca eletrônica SPELL com a utilização da técnica de análise de conteúdo. A relevância do estudo está em analisar o estado da arte do compliance presente na administração pública e relacioná-lo com as leis bibliométricas e a verificação da rede de autoria, pois há diversos estudos e levantamentos do compliance, mas voltados para a administração privada. Como resultado observou-se que a Revista de Administração Pública foi o periódico que mais publicou sobre o tema, houve um crescimento das publicações ao longo dos anos, sendo 2019 e 2020, os anos com mais publicações. Observou-se que há aplicabilidade da lei de Lotka nos artigos analisados, porém não houve aplicabilidade da lei de Bradford e de Zipf. A rede de autoria possui uma densidade de 0.037, considerada como uma rede fraca. A seguinte pesquisa contribui para mapear e identificar as produções, sua evolução ao longo dos anos, as contribuições e redes entre os autores e traz o levantamento dos artigos mais citados no cenário nacional na área do Compliance, sendo este um roteiro básico para os pesquisadores que desejam iniciar a pesquisa na área.

Keywords: Governança Corporativa. Práticas de Governança. Lei Sarbanes-Oxley.

1. Introdução

A otimização dos recursos e a maximização do bem-estar da sociedade é o objetivo da administração pública, no qual o gestor público deverá utilizar estratégias para atender às demandas da população, com a utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e com foco no desenvolvimento socioeconômico (Silva & Crisóstomo, 2019).

A eficiência da gestão pública visa à redução de custos e melhora na qualidade dos serviços, sendo esta essencial e benéfica para todo cidadão. Os servidores públicos estão cada dia mais capacitados em gerar qualidade e servir à sociedade de maneira eficiente, eficaz e efetiva através de mudanças de comportamento e processos presentes na realidade da gestão pública (Camargo & Guimarães, 2013).

Para um controle efetivo dos recursos públicos são necessários mecanismos de transparência e controle da gestão pública, uma vez que os recursos públicos são compostos por receitas tributárias próprias e de repasses realizados pelo governo federal e estadual (Silva & Crisóstomo, 2019).

Na prática da administração pública há pressões para melhoria dos serviços e soluções imediatas para problemas urgentes, com meios mais transparentes, uso eficiente de recursos e atendimento da demanda social. O meio acadêmico oferece diversas alternativas para estes problemas, desenvolvendo novas propostas teóricas que rompem com o passado e traz uma nova dimensão para resolução de problemas específicos, sem verdades absolutas e resolução de problemas de forma generalizada (Motta, 2013).

O setor público enfrenta os mesmos desafios que as organizações privadas; estruturação e transparência nos seus processos. As barreiras encontradas nestes processos pelas organizações são: ausência de métodos, a falta de padronização, falta de alinhamento da iniciativa com a estratégia, resistência à mudança, falta de comprometimento, ferramentas inadequadas e baixa integração (Mariano & Müller, 2012).

Observa-se que a última década foi marcada com sucessivos escândalos na vida política do país relacionado a casos de corrupção (Pinho & Sacramento, 2018). Essa pauta vem ganhando força devido aos constantes relatos na imprensa e judiciário sobre os eventos de corrupção que envolveu nos últimos anos o setor público.

Assim, observamos que a gestão pública e seus processos precisam ser melhorados e modernizados com a finalidade de garantir uma maior transparência e eficiência aos serviços demandados. Muito tem se discutido sobre o compliance no âmbito da sociedade, que por sua vez se beneficiará das pesquisas relacionadas ao tema na esfera da Administração Pública através da perspectiva de diversos autores. Diante deste cenário faz-se necessário um estudo melhor das produções em periódicos científicos relacionados a este tema para a reflexão do que se tem produzido e suas abordagens.

Dado o exposto, o problema da presente pesquisa enfocou da seguinte maneira: de que forma se caracteriza e se constitui o estado da arte em compliance na Administração Pública oriundos de estudos e pesquisas na produção acadêmica e científica nacional?

Portanto este estudo tem como objetivo levantar o estado da arte acerca do compliance na Administração Pública produzidos no meio científico nacionalmente; identificar e compreender a abrangência e as diversas abordagens do tema e classificar suas contribuições.

2. Revisão da Literatura

A corrupção no setor público traz graves consequências, como a desigualdade social, evasão das receitas, desaceleração do crescimento econômico e a falta de recursos para investimentos; está presente em todos países desde os mais pobres até os mais desenvolvidos. Quando se observa um sistema tributário com altas taxas tributárias e com um baixo

retorno social das ações governamentais e políticas públicas, há grandes chances dessa evasão de receitas tributárias serem desviadas para a corrupção (Souza, Silva & Gomes, 2019).

Além das consequências discutidas por Souza et al. (2019), a corrupção também traz efeitos negativos aos sistemas democráticos e favorecem a redução da confiança política, destaca-se nos sistemas de regulação da economia e política. Frequentemente são divulgados escândalos que envolvem direta ou indiretamente pessoas que desempenham cargos políticos com ligações suspeitas relacionadas à crimes econômico-financeiro ou tráfico de influências, desacreditando grandes instituições e promovendo uma normalização potencial da ilicitude e de comportamentos não éticos (Moreira; Araujo & Sousa, 2019).

Como forma de evitar fraudes, falhas e riscos tanto em organizações privadas como pública, necessita-se da implantação de um sistema antifraude mais efetivo, com o foco na prevenção e combate à corrupção, com a implantação de gestão de risco, aprimoramento da governança e a instituição da colaboração no âmbito dos processos criminais e também do compliance como estratégia de aprimoramento da integridade e conformidade das instituições (Cruz & Ciekalski, 2019).

Com diversas ameaças e riscos, o combate e prevenção destas fraudes são fundamentais para as organizações, visto que atos ilícitos tem um alto custo para a organização, através de prejuízos econômicos e/ou através da quebra de confiança na organização, o sistema compliance pode ser uma ferramenta para atenuar e prevenir fraudes e corrupções (Roldo & Thaines, 2020).

Este trabalho busca como contribuição prática investigar e levantar as publicações relacionadas ao tema compliance em periódicos da área de Administração Pública, com a finalidade de reunir em um único documento uma contribuição para a área de Administração e governança responsável através do compliance.

Como contribuição teórica, considerando o exposto acima e a relevância do tema para a administração pública, estes elementos se constituem como fatores motivadores para a realização deste estudo, com a finalidade de propiciar um levantamento do estado da arte publicado sobre o assunto, de modo a contribuir com um conjunto de publicações e pesquisas realizadas nacionalmente sobre compliance na gestão pública, de modo a subsidiar outros estudos que venham a ser desenvolvido identificar e categorizar as diversas formas de abordagens do compliance na gestão pública e suas diretrizes.

A corrupção prejudica a sociedade com relação às reduções de investimentos, nível do produto, produtividade e eficiência econômica. A corrupção como redutora dos investimentos se dá em virtude sobre a taxa de retorno, uma vez que a corrupção atua como uma despesa encarecendo as inversões e gerando um custo de oportunidade maior, retardando ou evitando a realização do investimento pela iniciativa privada, desta maneira reduziria também os insumos públicos como infraestrutura e serviços públicos, reduzindo o capital privado, gerando uma redução na qualidade, na infraestrutura, na vida útil, possibilitando uma maior quantidade de defeitos e disfunções que reflete na produtividade dos agentes econômicos dos instrumentos públicos (Campos & Pereira, 2016).

Com relação às perspectivas teóricas sobre o enquadramento da corrupção, duas vertentes explicam a ocorrência desse fenômeno no Brasil, uma está centrada nas teorias da modernização, especificamente no conceito de patrimonialismo, surge no Brasil entre 1958 até 1990, é definido como uma força econômica, social e política derivada do desenvolvimento e seus desdobramentos, e outra vertente baseada na visão do rent-seeking, baseia-se na teoria da nova economia institucional e do “neoinstitucionalismo econômico”, que surge após os anos de 1990, introduzidas nas reformas do Estado presente nos governos Cardoso. Há o conceito dentro dessas duas vertentes referente ao conceito de instituição inclusiva, em que há uma maior liberdade para a atuação política, baseada nos motores de prosperidade da educação e tecnologia e o conceito de instituição extrativista, que tem como finalidade extrair renda e riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro segmento, e este poder está concentrado com uma pequena elite que estruturam instituições para extorquir recursos do restante da sociedade.

Mesmo com as melhorias com relação ao controle interno e externo através dos anos, observa-se frequentes conflitos, redundâncias e embates entre gestão e controle, aumentando a complexidade estatal, e mesmo com as melhorias realizadas, ainda há problemas de descoordenação, intercâmbio de informações, sobreposição de ações entre as instituições de controle, gerando uma accountability fragmentada e prejuízos na eficácia dos modelos de controle como um todo (Pessoa, 2015).

E para melhoria da transparência e melhores controles a gestão pública brasileira vem buscando instrumentos como o compliance, auditorias e accountability a fim de obterem resultados benéficos à sociedade evitando ao máximo atos ilícitos, fraudes, corrupção e auxiliando à gestão.

A necessidade de combate à corrupção de uma forma mais direta e efetiva ocorreu no final dos anos 90, através do desenvolvimento de cinco fases: I. a inexistência de iniciativas transnacionais anticorrupção; II. ação unilateral por parte dos Estados Unidos para o combate à propina em outros países; III. uma explosão do movimento global anticorrupção; IV. implementação de regras internacionais de anticorrupção e por fim V. a crise de legitimidade (Santos, 2018).

A esfera internacional começou a mobilizar iniciativas para compreensão da corrupção através de diversos órgãos como o Fundo Monetário Internacional, Organização dos Estados Americanos, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Transparência Internacional e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE) e diversos estudos teóricos voltados para a compreensão da corrupção. A cada cinco anos a Organização das Nações Unidas (ONU) convoca um congresso mundial para o debate das preocupações dos administradores, acadêmicos e profissionais do campo estimulando através destes fóruns o trabalho de campo para a prevenção ao crime e da justiça criminal. Com diversos encontros e discussões acerca do assunto os debates sobre corrupção que ganharam dimensão nacional e internacional através de Tratados e Convenções (Notari, 2017). Os tratados começaram a se firmar internacionalmente como uma exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial aos países beneficiários de empréstimos e auxílios, com a finalidade de combater este fenômeno, visto que ambas as instituições são conhecidas pela defesa da liberdade econômica para redução da corrupção (Gonçalves, 2018). O Brasil assinou e estruturou os seguintes mecanismos para combate à corrupção: Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; a Convenção Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a Corrupção; a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, também conhecida como Convenção de Mérida e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também denominada de Convenção de Palermo.

A assinatura desses tratados e convenções é um marco na cooperação internacional de atuação conjunta de países atuantes no mercado internacional para o combate à corrupção. Não visa apenas punir condutas impróprias, mas visa também à adoção de medidas preventivas através de novos mecanismos, com incentivos à transparência no âmbito público, promoção de auditorias e medidas internas de acordo com códigos de conduta, fiscalização e repressão da corrupção na contratação pública (Gin, 2016).

Após a assinatura dos tratados, entrou em vigor na legislação brasileira diversas leis e códigos relacionadas ao combate à corrupção como: lei 12.846 - Lei anticorrupção; lei 13.303/2016 - Lei das Estatais; Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; Lei de Responsabilidade Fiscal; Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública); Lei nº 12.527, chamada de Lei do Acesso à Informação; Lei nº 12.813, Lei de Conflito de Interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; Decreto 8.793 de 29 de junho de 2016 que institui a Política Nacional de Inteligência (Coelho, 2016, p. 77).

Os autores Cruz e Ciekalski (2019) afirmam que através dos diversos ordenamentos jurídicos como: a Lei Anticorrupção; a Lei do Acesso à Informação e a Lei de Conflito de Interesses, solidificou a efetivação no Brasil do compliance público.

O compliance significa estar em conformidade, consiste em um estado dinâmico de conformidade, caracterizado pelo compromisso com a criação de um sistema de políticas, controles internos e procedimentos que visam garantir e manter o estado de compliance (Saavedra, 2016).

Já de acordo com Roldo e Thaines (2020) o termo compliance é utilizado para a nomeação de práticas e prevenção de fraudes e corrupções nas organizações, visto que a importância do compliance não está na questão financeira, mas de princípios, pois são os alicerces da governança corporativa, transformando ambientes mais éticos, transparentes através de ações em conformidade com leis e normas internas e externas.

O compliance à luz da Administração Pública, denominado compliance público, visa obter uma gestão cada vez mais responsiva, através de um papel preventivo em suas ações de planejamento e orientações de suas condutas. Atualmente algumas contratações e relacionamento do público externo com empresas públicas, sociedades de economia mistas e demais entidades sujeitas à Lei das Empresas Estatais (13.303/ 2016) é obrigatório às práticas de governança e de compliance, obrigando as empresas a possuírem um código de conduta e integridade, canais de denúncias e sanções em caso de violações às regras do código. As diretrizes do compliance na esfera pública deverão ser delineadas através de ações genéricas a serem desenvolvidas pelos poderes da administração pública, resultando em uma rede de controle e atos de gestão, identificando facilmente às práticas relacionadas às regras preestabelecidas e implantando direta ou indiretamente aos órgãos públicos políticas preventivas que irão gerar uma gestão eficiente, com posturas éticas e com serviços efetivos (Cruz & Ciekalski, 2019).

3. METODOLOGIA

A abordagem da presente pesquisa foi quantitativa e descritiva. Desta maneira temos o intuito de ampliar o tema compliance e suas abordagens que apesar, de ser regularizada através de procedimentos a longa data entrou em evidência há poucos anos através da criação de diversas legislações, decretos e assinaturas de tratados internacionais.

Os procedimentos e fontes utilizadas para a abordagem do tema foram através da pesquisa bibliográfica, feita a partir de levantamento de referências analisadas e publicadas em meios eletrônicos (Silveira & Córdova, 2009).

Desta maneira, este trabalho buscou identificar os estudos relacionados ao tema compliance na Administração Pública, as produções referentes ao tema no meio acadêmico e científico; tendo como população deste estudo os periódicos nacionais relacionados à área de conhecimento que abrange compliance e administração pública, para a seleção das revistas pesquisadas buscou-se analisar periódicos que possuem a estratificação de qualidade Qualis CAPES sendo eles: A1, A2, B1 e B2 selecionados através da biblioteca eletrônica SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library e verificação da estratificação na Plataforma

Sucupira (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021). Esta pesquisa utilizou da amostragem não probabilística, neste tipo de amostragem não se faz o uso de seleção aleatória, visto que escolhas das plataformas a serem pesquisadas são intencionais (Marconi & Lakatos, 2017). A amostra analisada conta com 21 artigos nacionais e utilizou para a coleta de dados para esta pesquisa, a técnica de análise de conteúdo, que se deu através das revistas e publicações do meio científico, levantando publicações relacionadas ao título “Compliance” em Administração Pública.

Após a identificação do assunto nas devidas plataformas, os dados e informações foram tabulados em planilhas formuladas pelos autores no Excel identificando as particularidades analisadas e construiu-se através do software UCINET uma rede de autoria.

Para a análise referente aos artigos às buscas foram realizadas na plataforma SPELL através da busca pelo título a palavra “Compliance” em toda base de dados (2012 - 2021), filtrando na base de dados apenas os artigos que se referem à administração pública; após o levantamento das publicações relacionadas ao tema, verificou-se: o ano de publicação, os periódicos, os perfis dos autores, redes de coautoria, palavras chave, natureza e tipo de pesquisa, a abordagem metodológica e seus objetivos, procedimentos, coleta de dados e população dos artigos analisados, titulação máxima dos autores, filiação institucional e áreas de formação.

Após a categorização deste item, foram realizadas as análises estatísticas descritiva dos resultados encontrados e a análise de relevância das referências e citações.

Na análise de dados utilizou-se as leis bibliométricas básicas que traz a aplicação da matemática e métodos estatísticos para a verificação de livros e meios de comunicação através do estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação, e tem o intuito de identificar características comuns entre artigos. Através destas análises estatísticas buscou-se quantificar, descrever e prognosticar a escrita analisando as características da publicação como: autores, palavras-chaves, escrita ao longo do tempo, estabelecendo padrões para análise de dados (Machado Junior, Souza, Parisotto & Palmisano, 2016). Sendo as leis básicas da bibliometria: a Lei de Bradford; Lei de Lotka e a Lei de Zipf (Ferreira; 2010).

A lei de Bradford mede a produtividade dos periódicos, fazendo o ordenamento da produtividade decrescente de artigos sobre um determinado assunto (Ferreira; 2010).

Quanto maior o número de publicação de determinado assunto, maior a qualidade e relevância na área de conhecimento, desta maneira periódicos com maiores publicações de artigos referente a determinados assuntos tendem ter uma qualidade superior e maior relevância para área. Através desta lei observa-se que um terço do total dos artigos está uma primeira zona altamente produtiva; a segunda zona contém um número maior de periódicos menos produtivos e a terceira um número ainda maior com reduzida produtividade sobre o assunto. A ordenação decrescente da produtividade de artigos de determinada área estabelece agrupamentos divididos de forma exponencial em que o número de revistas em cada grupo será proporcional a 1: n: n² (Machado Junior et al., 2016).

A lei de Lotka também conhecida por Lei do Quadrado Inverso propõe que poucos pesquisadores produzem muito em determinadas áreas enquanto um grande número de pesquisadores produz pouco. Estabelece uma escala exponencial inversa entre o número de artigos por autor. A representação matemática expressa o número de autores que publica n artigos, em que n é igual à quantidade de artigos é igual a 1/n² dos autores que publicam somente um artigo. Como consequência da Lei de Lotka aproximadamente 60% dos autores de um campo produz somente um artigo em toda sua vida acadêmica (Machado Junior et al., 2016).

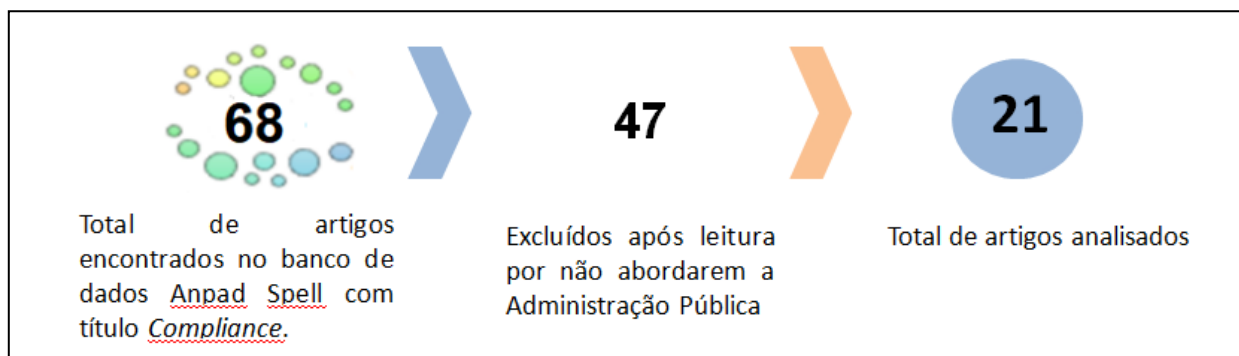
A Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, tem como o objetivo medir a frequência das palavras e seu aparecimento em diversos textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou área (Machado Junior et al., 2016).

4. RESULTADOS

As pesquisas relacionadas aos periódicos nacionais foram realizadas através do site da Anpad SPELL - *Scientific Periodicals Eletronic Library* durante o mês de janeiro de 2021, foi pesquisado por título de documento a palavra “Compliance” no filtro de busca do site em toda base de dados (2012 - 2021), obteve-se um total de 68 artigos e após a leitura e verificação da abordagem referente à Administração Pública e exclui-se 47 artigos por não abordarem sobre o assunto, totalizando 21 artigos selecionados de acordo com a figura 1.

Figura 1

Resultado Revisão Artigos Nacionais



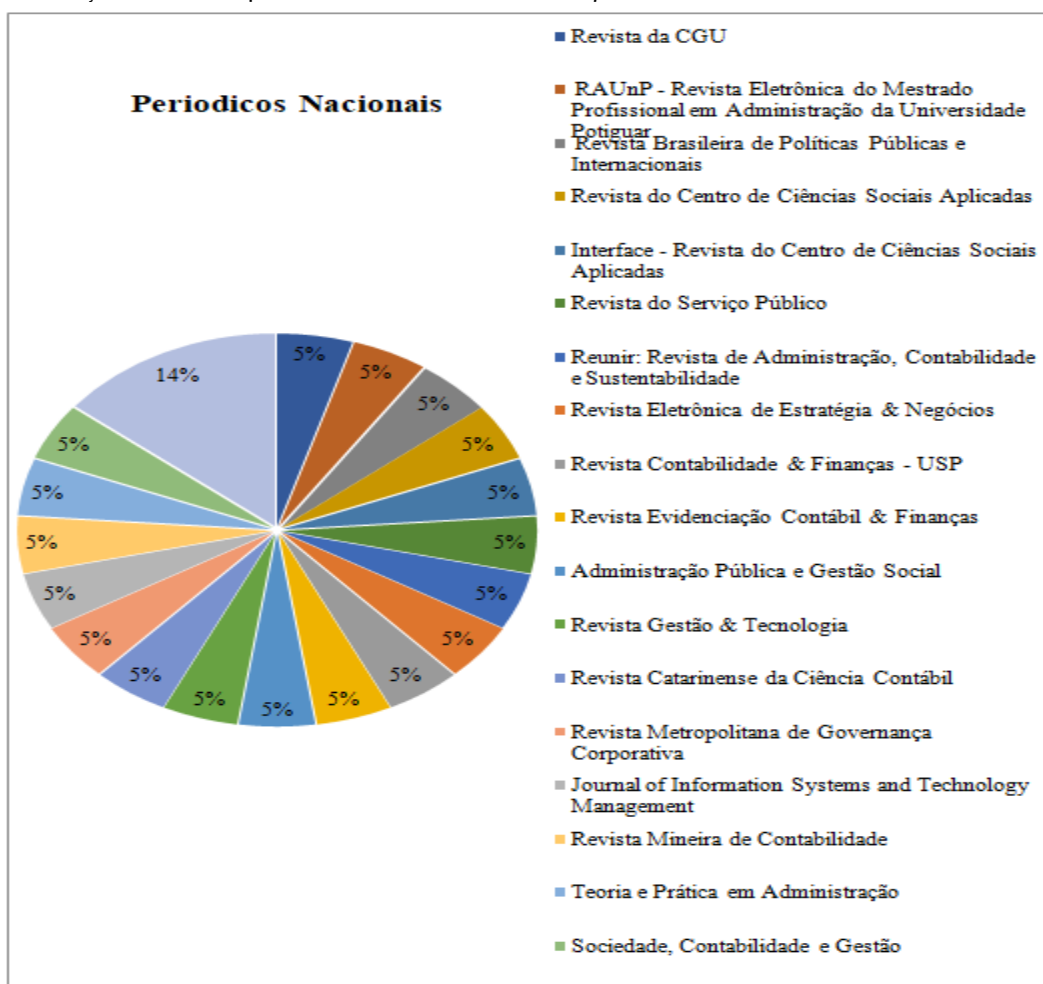
Fonte: Elaborado pelos autores através dos resultados ANPAD SPELL (2021).

Da seleção dos 21 artigos, estes originaram-se de 19 periódicos classificados através da busca pelo nome dos periódicos na base de dados da Plataforma Sucupira, no qual observou que 5,26% dos periódicos são de classificação de Qualis A2, 10,53% de Qualis B1; 31,58% de Qualis B2; e os Qualis B3, B4 e B5 somam 26,32% e os não avaliados correspondem à 26,32%.

O periódico mais relevante decorrente desta busca foi a Revista de Administração Pública representando 14%, as demais revistas tiveram uma contribuição de 5% cada uma (Gráfico 1).

Gráfico 1

Quantidade de Publicações Nacionais por Periódicos com o título *Compliance*

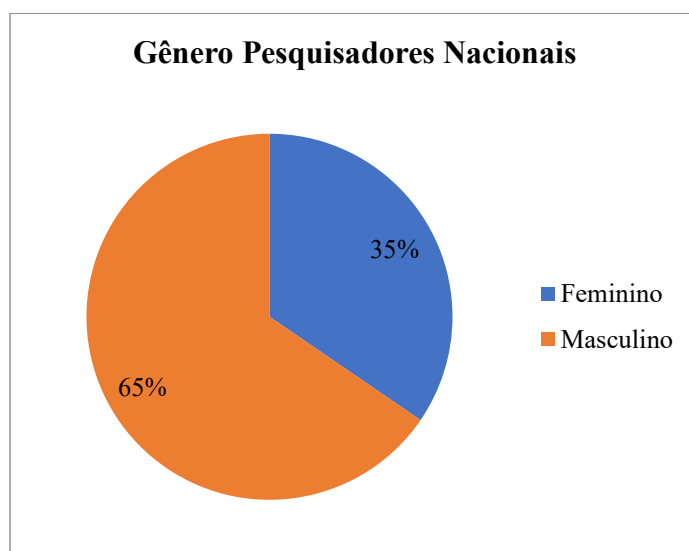


Fonte: Elaborado pelos autores (2021) através de dados obtidos pela plataforma SPELL.

Com relação ao gênero, 65% dos autores são do gênero masculino e 35% do gênero feminino (gráfico 2). Relacionada a autoria, 14% possuem um único autor; 34% dois autores, 33% três autores e 14% com quatro autores e 5% com cinco autores (gráfico 3).

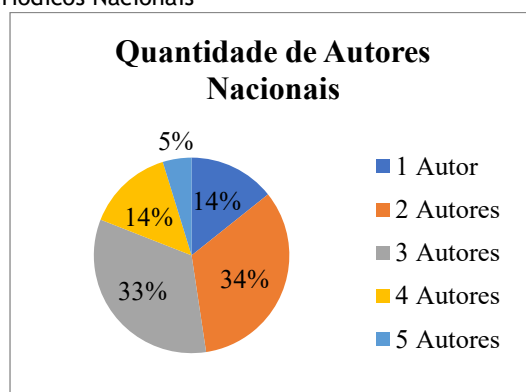
Gráfico 2

Gênero Pesquisadores - Periódicos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) através de dados obtidos pela plataforma SPELL.

Gráfico 3
Quantidade de Autores por artigo - Periódicos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) através de dados obtidos pela plataforma SPELL.

A primeira publicação encontrada na busca foi no ano de 1999, com o crescimento de publicações nos anos de 2019 e 2020, como demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4
Quantidade de publicações por ano - Periódicos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) através de dados obtidos pela plataforma SPELL.

Analisando as publicações por periódicos por ano, a Revista de Administração Pública possui publicações nos anos de 1999, 2010 e 2017. Durante os anos 2016 houve publicações por 03 periódicos distintos e durante o ano de 2019 e 2020, 04 periódicos distintos publicaram artigos referentes ao compliance como demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5
Publicações Revistas Nacionais por Ano

Quadro 1

Relevância das obras referenciadas - Artigos Nacionais

Referências	Citações por Artigo
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 4 jun. 2015.	7
Brasil. (2011). Lei nº 12.527/2011. Regula o Acesso à Informação e dá outras providências. Recuperado de https://bit.ly/2CYWDDx.	4
BRASIL. Lei nº 12.846, Lei Anticorrupção, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 12 ago. 2017.	4
Lei nº 4.320, 17 de março de 1964 (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em 12 de maio de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.	4
Amorim, E. N. C. de, Cardozo, M. A., & Vicente, E. F. (2012). Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e <i>compliance</i> no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil. Enfoque: Reflexão Contábil, 31(3), 23-35.	3
BERGAMINI JUNIOR, S. Controles internos como um instrumento de governança corporativa. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, p. 149-188, 2005.	3
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. - 3. Ed. - São Paulo: Atlas, 2010.	3
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. - 16. reimp. - São Paulo: Atlas, 2015.	3
YIN, R. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2021) através dos dados obtidos na plataforma SPELL.

Tabela 1

Relevância em quantidade das obras referenciadas nacionais

Artigos	Repetições	Total	FR	FR total
1	7	7	0,96	35,0
3	4	12	1,65	20,0
5	3	15	2,06	15,0
27	2	54	7,43	10,0
639	1	639	87,9	5,0
Total Geral		727	100	

Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

O artigo com 07 repetições esteve presente em 35% no valor total dos artigos analisados; outros três artigos que tiveram 4 repetições cada, estiveram presentes em 20% no valor total da análise e 05 artigos com 03 repetições teve uma frequência total de 15%.

Pode-se afirmar que há a aplicabilidade da Lei de Lotka na amostra analisada, visto que a proporção (valor estimado) se aproxima do valor observado como observa-se em ambas as curvas do gráfico 5 e sua aplicabilidade como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2

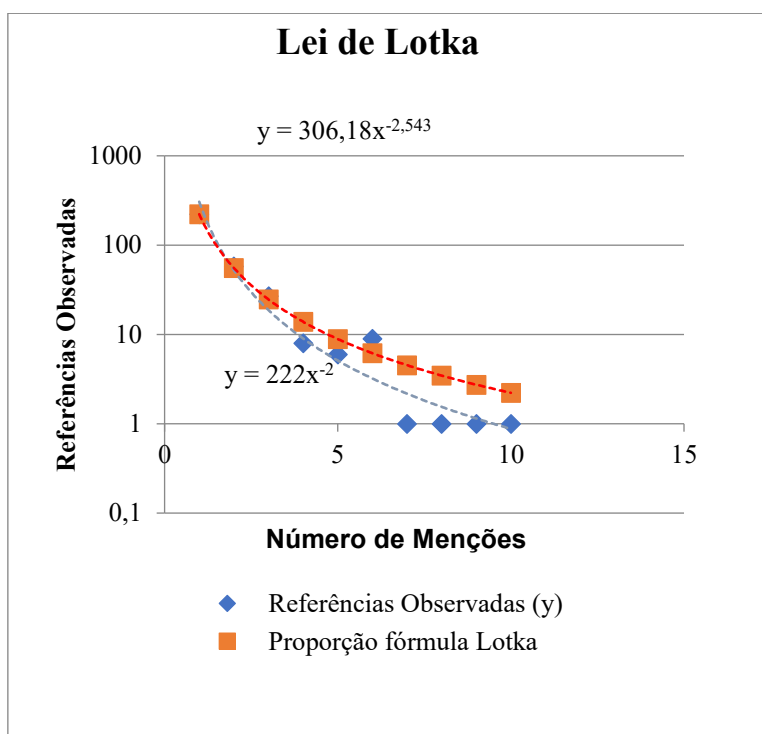
Aplicabilidade Lei Lotka - Artigos Nacionais

Citações (n=x)	Referências Observadas (y)	Proporção fórmula Lotka
1	222	222
2	58	56
3	27	25
4	8	14
5	6	9
6	9	6
7	1	5
8	1	3
9	1	3
10	1	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 2

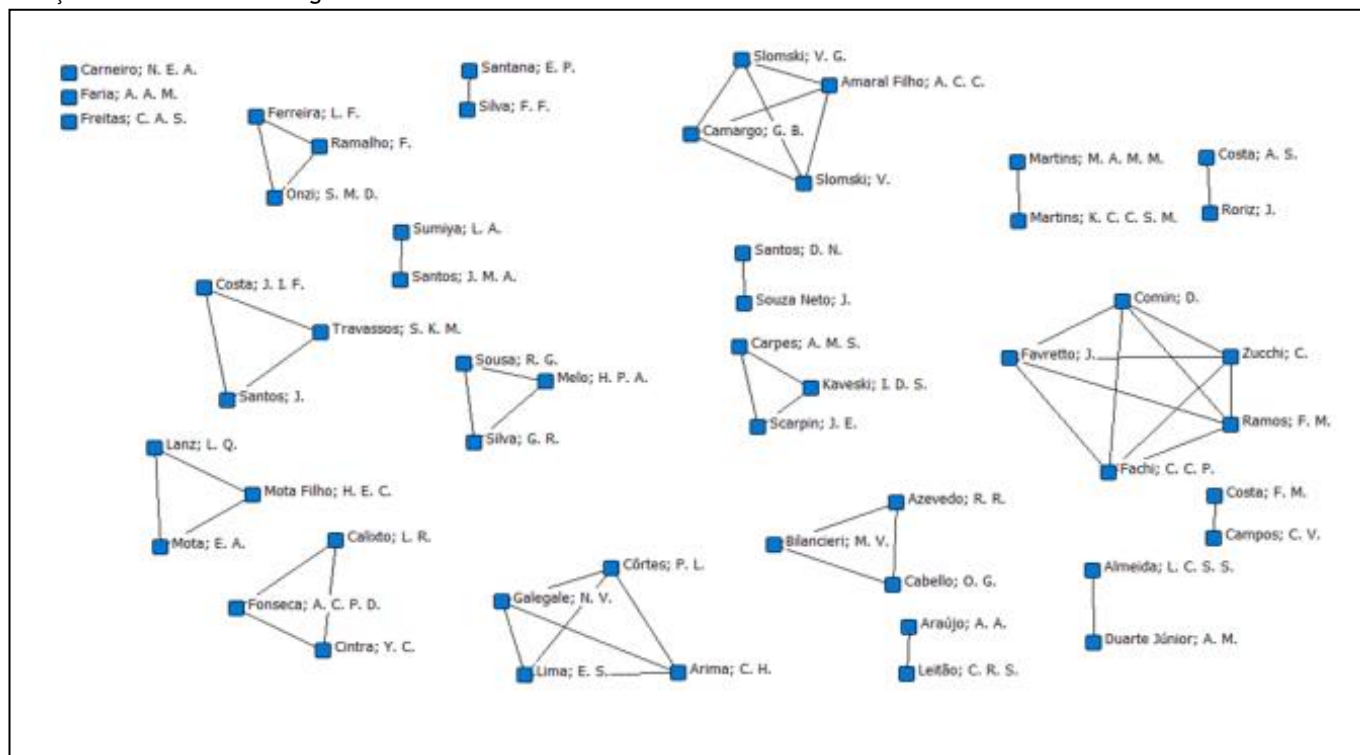
Lei de Lotka - Citações Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A Lei de Bradford, não se mostrou aplicável para os artigos nacionais, visto que apenas um periódico publicou mais do que um único artigo. Também foram realizadas análises das redes sociais referente às redes de coautoria. Para a verificação da rede de coautoria, verificou através da análise dos 21 periódicos a sistematização e confecção da rede de autoria através do software UCINET 6.0 e NetDraw 2.1.

Figura 3
Relações de Coautoria - Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores através do Software NetDraw 2.1 (2021).

A rede construída foi formada por 54 autores, formada com 18 componentes. Dessas 18 ligações, observou-se 08 componentes ou sub-redes constituídos por dois autores; 07 componentes constituídos por três autores; 02 componentes constituídos por quatro autores e 01 componente constituído por 05 autores. Os autores que não apareceram em nenhuma das ligações, devem-se a ausência de relação de coautoria com outros pesquisadores da mesma temática.

Figura 1
Métricas redes de coautoria - Artigos Nacionais

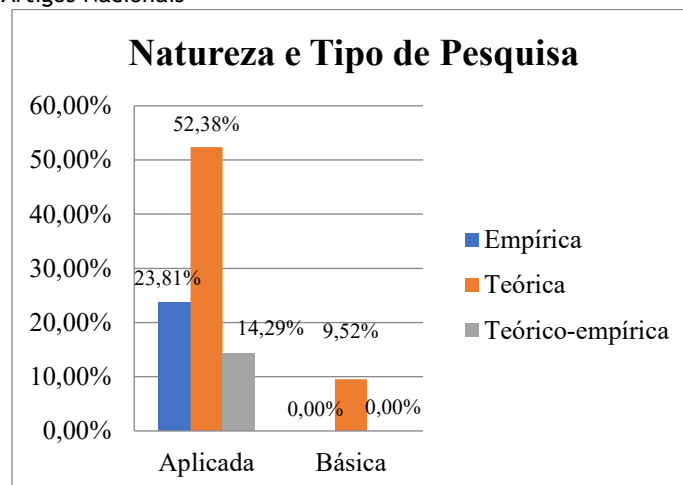
1	# of nodes	53
2	# of ties	102
3	Avg Degree	1.925
4	Indeg H-Index	4
5	K-core index	4
6	Deg Centralization	0.041
7	Out-Centralization	0.041
8	In-Centralization	0.041
9	Indeg Corr	-0.238
10	Outdeg Corr	-0.238
11	Density	0.037
12	Components	21
13	Component Ratio	0.385
14	Connectedness	0.037
15	Fragmentation	0.963
16	Closure	1
17	Avg Distance	1
18	Prop within 3	0.037
19	# w/in 3	102
20	SD Distance	0
21	Diameter	1
22	Wiener Index	102
23	Dependency Sum	0
24	Breadth	0.963
25	Compactness	0.037
26	Small Worldness	
27	Mutuals	0.037
28	Asymmetrics	0
29	Nulls	0.963
30	Arc Reciprocity	1
31	Dyad Reciprocity	1

Fonte: Elaborado pelos autores através do Software Ucinet (2021).

A análise desta rede indicou uma densidade de 0.037, ou seja, a densidade da rede é fraca, pois o grau de conectividade de uma rede é dado pela sua densidade, que tem como valor máximo 1. O diâmetro e a distância da rede são de 1 autor.

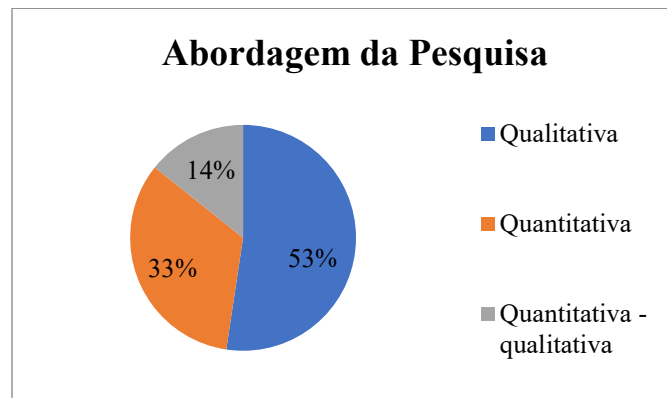
Dos 21 artigos analisados, classificou-se estes quanto a natureza e o tipo de pesquisa, 90,48% trata-se de trabalhos referentes a natureza aplicada sendo 23,81% pesquisa empírica; 52,38% teórica e 14,29% teórico-empírica; 9,52% trata-se de uma pesquisa de natureza básica e teórica de acordo com o gráfico a seguir, apresentado.

Gráfico 6
Natureza e Tipo de Pesquisa - Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Gráfico 7
Abordagem da Pesquisa - Artigos Nacionais

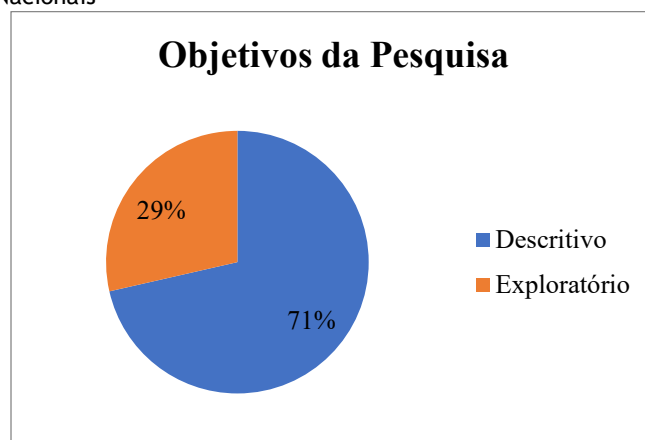


Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Quanto aos objetivos, 71% dos artigos tem o objetivo descritivo e 29% possuem objetivo exploratório (Gráfico 8).

Gráfico 8

Objetivos da Pesquisa - Artigos Nacionais

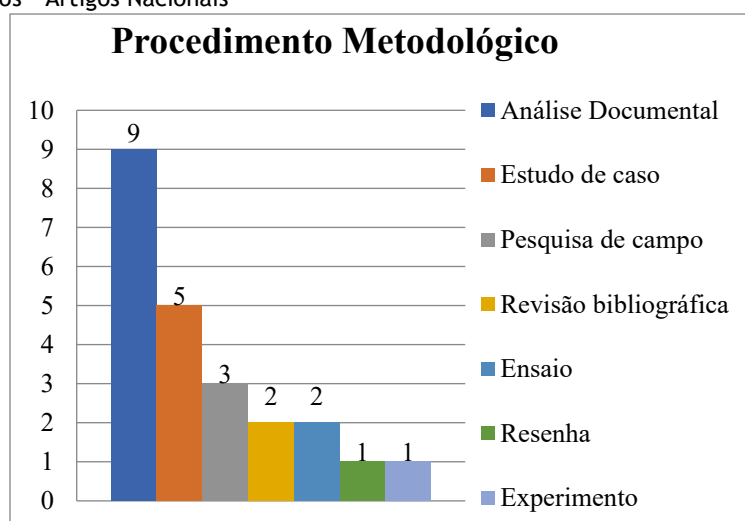


Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Referente aos procedimentos metodológicos de acordo com o gráfico a seguir, 9 artigos utilizaram análise documental; 5 artigos estudo de caso; 3 artigos pesquisa de campo. A predominância da análise documental pode estar vinculada com a principal área de formação dos pesquisadores analisados.

Gráfico 9

Procedimentos Metodológicos - Artigos Nacionais

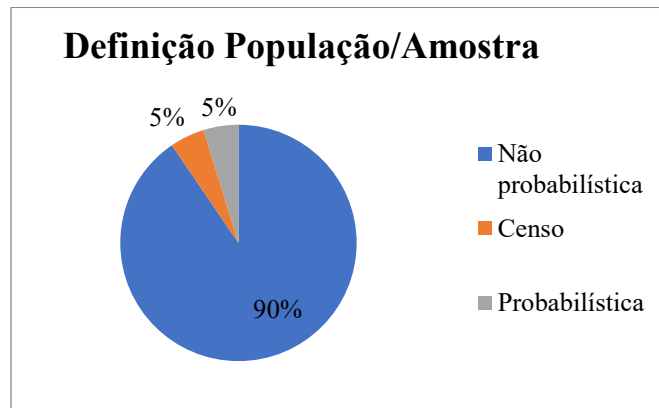


Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

A população/amostra das pesquisas analisadas definem sua população como: 90% definida através de análises não probabilística; 5% probabilística e 5% censo, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 10

Definição População/ Amostra

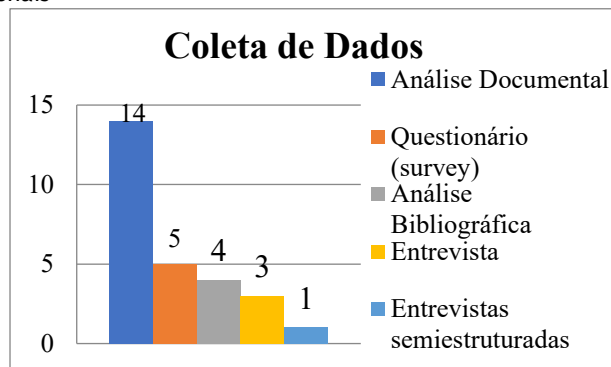


Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Referente as coletas de dados, 14 artigos utilizaram a análise documental para coleta de dados; 05 utilizaram questionários (*survey*); 04 utilizaram a análise bibliográfica; 03 entrevistas e 01 entrevista semiestruturada.

Gráfico 11

Coleta de Dados - Periódicos Nacionais

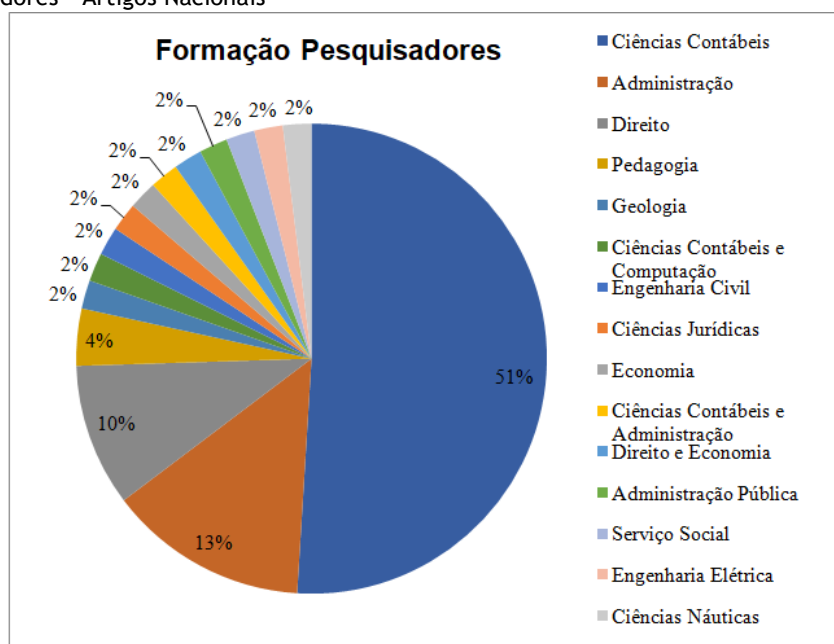


Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Há diversas áreas referentes à formação dos autores, Ciências Contábeis é a principal área de formação dentre os autores analisados com 51%, seguido por Administração com 13%, Direito com 10% e Pedagogia com 4%, outros cursos 11 cursos são listados com uma participação de 2% cada, somando ao todo 22%.

Gráfico 12

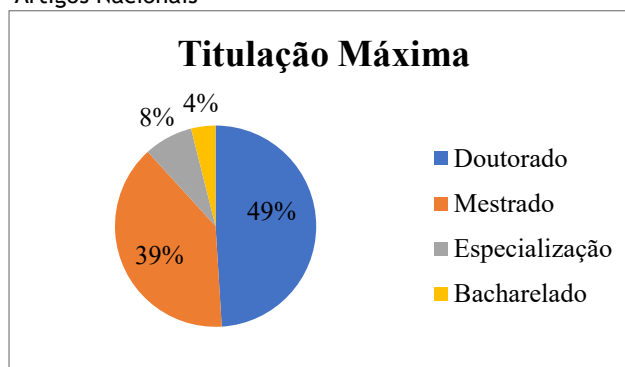
Formação dos Pesquisadores - Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Referente à titulação máxima dos pesquisadores, tem-se que 49% possuem doutorado, 39% mestrado; 8% especialização e 4% graduação.

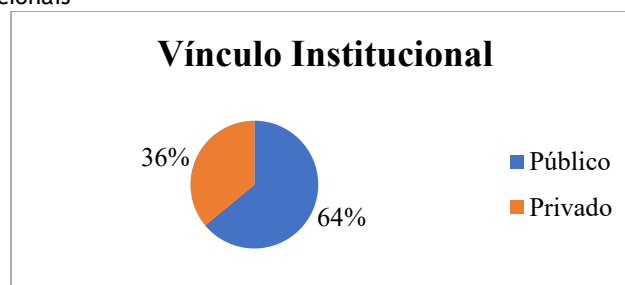
Gráfico 13
Titulação Máxima Pesquisadores - Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

Relacionado ao vínculo institucional, 64% dos autores possuem um vínculo institucional público e 36% possuem vínculo privado (gráfico 14).

Gráfico 14
Vínculo Institucional - Artigos Nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores através da coleta de dados (2021).

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral levantar o estado da arte acerca do compliance na Administração Pública produzidos no meio acadêmico científico nacionalmente. Formulou-se ainda os seguintes objetivos específicos: levantar as publicações científicas nacionais referentes ao tema compliance na administração pública em periódicos científicos classificadas no Qualis A1, A2, B1 e B2, na área de Administração Pública; identificar e compreender a abrangência e as diversas abordagens do tema e classificar suas contribuições.

Em relação ao primeiro objetivo específico, levantou-se um total de 21 artigos nacionais analisados. Abordando o segundo objetivo, foram encontrados periódicos com estratos Qualis entre os estratos Qualis A2, B1, B2, B3, B4, B5. Como compreensão e identificação da abrangência e abordagens ao tema Compliance, terceiro objetivo específico, a área possui espaços para maiores publicações e contribuições sobre o tema com a abordagem em administração pública, visto que o número máximo de artigos em um ano foi de 04 artigos. Diversas áreas contribuem para a produção na área, como ciência contábeis, administração, direito, entre outras.

A seguinte pesquisa contribui para mapear e identificar as produções relacionadas ao Compliance em Administração Pública nacionalmente, sua evolução ao longo dos anos, suas contribuições e redes entre os autores, perfis dos pesquisadores e áreas de atuação. Outra contribuição deste trabalho, trata-se da relação entre os artigos mais citados na área do Compliance, sendo este um roteiro básico para os pesquisadores que desejam iniciar a pesquisa na área, assim como as legislações pertinentes e principais referências utilizadas nas pesquisas nacionais.

Como sugestão para pesquisas futuras sugere-se a análise de dados nos eventos nacionais relacionados à Administração Pública como o SEMEAD - Seminários em Administração Pública - FEA USP; EBAP - Encontro Brasileiro de Administração Pública e teses e dissertações através da base de dados IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. E uma continuidade nas análises referentes à produtividade dos periódicos para a verificação da aplicabilidade da lei de Bradford, como observou-se a tendência da aplicação da lei no cenário internacional e análise das palavras chaves para a verificação da lei de Zipf.

Conclui-se que o Compliance apesar de estar presente na análise desde 1999, há muitas oportunidades para maiores contribuições e solidificação do assunto. Com as exigências e normativas referente ao tema em corporações, instituições e

população em alta, é um tema de grande relevância para a sociedade e a produção científica do país, contribuindo com a melhoria na transparência, diretrizes e cumprimento de normas no âmbito da administração.

Referências

- Borgatti, S.P. (2002). NetDraw: Graph Visualization Software. Harvard: Analytic Technologies
- Borgatti, S.P., Everett, M.G. & Freeman, L.C. (2002). Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies.
- Camargo, F. O. & Guimarães, K. M. S. (2013). O princípio da eficiência na gestão pública. Rev. CEPPG, n. 28, p. 133-145. Recuperado de http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/downloads/376b38ef01c9b0caae5d67f8c6bf4d03.pdf.
- Campos, F. A. O. & Pereira, R. A. C. (2016). Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. Estud. Econ., São Paulo, v. 46, n. 2, p. 373-408. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000200373&lng=en&nrm=iso.
- Coelho, C. C. B. P. (2016). Compliance na Administração Pública: uma necessidade para o Brasil. Rev. de Direito da Faculdade Guanambi, v. 3, n.1. Recuperado de: <http://177.38.182.246/revistas/index.php/Revistadedireito/article/view/103/21>.
- Cruz, F. L. & Ciekalski, F. A. (2019) Compliance como ferramenta de melhoria da gestão e prevenção à prática da corrupção na Administração Pública. 119 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Escola de Administração de Brasília, Brasília. Recuperado de https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2558/1/Disserta%3a7%3a3o_Felix%20Alberto%20Ciekalski_ADMINISTRA%387%383O%20P%39aBLICA_2019.pdf.
- Ferreira; A. G. C. (2010). Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. Rev. da Ciência da Informação, v. 11, n. 3. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Ana_Gabriela_Ferreira/publication/320812351_Bibliometria_na_avaliacao_de_periodicos_cientificos/links/5de539bba6fdcc28370052a8/Bibliometria-na-avaliacao-de-periodicos-cientificos.pdf.
- Gin, C. M. (2016). Uma breve análise sobre a legislação anticorrupção do mundo. In: Seminário Nacional Demandas Sociais Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 12, 19-20, Santa Cruz o Sul. Anais do XII Seminário Nacional Demandas Sociais Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14677/3102>.
- Gonçalves, M. W. (2018). Análise crítica da lei anticorrupção e dos acordos de leniência. 71 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/7947>.
- Machado Junior, C.; Souza, M. T. S.; Parisotto, I. R. S. & Palmisano, A. (2016). As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. Revista de Ciências da Administração. v. 18, n.44, p. 111-123. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273545375009.pdf>.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2017). Metodologia do trabalho científico. 8. ed. São Paulo: Atlas.
- Mariano, I. C. & Müller, C. J. (2012). Melhoria de Processos pelo BPM: Aplicação no Setor Público. 22 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia da Produção) - UFRGS, Porto Alegre. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/65643>.
- Moreira, A.; Araujo, E. & Sousa, H. (2019). A corrupção e os média: um olhar dos jornalistas sobre a relevância do tempo. Rev. Comunicação e Sociedade, n. 35. p. 173-192. Recuperado de <https://journals.openedition.org/cs/783>.
- Motta, P. R. de M. (2013). O estado da arte da gestão pública. Rev. de Administração de empresas, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902013000100008&script=sci_arttext.
- Notari, M. B. (2017). As convenções internacionais ratificadas pelo Brasil no combate à corrupção. Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica, v.1, n.1, p. 60-77, ISSN 2526-6284. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/32771>.
- Pessoa, R. S. (2015). Disputa política e agenda administrativa: Do governo FHC à gestão Lula-Dilma. Arquivo Jurídico, v.2, n.1, p. 61-81, ISSN 2317-918X. Teresina - PI.

- Pinho, J. A. G. & Sacramento, A. R. S. (2018). O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento. *Rev. Serv. Público Brasília*, v. 69. p. 181-209. Recuperado de <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3262/2044>.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2021). Plataforma Sucupira. Recuperado de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.
- Roldo, F. R. & Thaines, A. H. (2020). Compliance como ferramenta na prevenção de riscos e no combate à fraude organizacional. *Rev. Eletrônica Ciências Contábeis*. v. 9, n.1, p. 241-271. Recuperado de <http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/issue/view/65/showToc>.
- Saavedra, G. A. (2016) Compliance Criminal: revisão teórica e esboço de uma delimitação conceitual. *Rev. Duc in Altum Cadernos de Direito*, v. 8, n. 15. Recuperado de <http://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/cihjur/article/view/375>.
- Santos, Y. G. (2018). O papel das convenções internacionais no combate à corrupção no Brasil. 45 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário de Brasília, Brasília. Recuperado de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/12984/1/21450696.pdf>.
- Silva, C. R. M. & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 791-801. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000400791&lng=en&nrm=iso.
- Silveira; D. T. & Córdova, F. P. (2009). A Pesquisa Científica. In: Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS. p.31-42. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.
- Souza, F. J. B.; Silva, S. A. M. & Gomes, A. O. (2019). Corrupção no Setor Público: Agenda de Pesquisa e Principais Debates a partir da Literatura Internacional. *Rev. Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 3. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351559268001>.
-